

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora Executiva
 LUIZ ORLANDO CARNEIRO — Diretor (Brasília)

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

ROSENTE CALMON ALVES — Editor Executivo
 ETEVALDO DIAS — Editor Executivo (Brasília)

Arrivistas e Pioneiros

A heroica campanha de Fernando Collor de Mello contra os marajás alagoanos foi detonada em junho de 1987. Naquele mês, o jovem governador de Alagoas pediu ao Supremo Tribunal Federal a decretação da constitucionalidade dos subsídios pagos aos deputados alagoanos. O gesto trouxe-lhe aura de incorruptível e foi determinante em sua arrancada para a presidência.

Na verdade, detonado o gatilho (lembram-se?) seguinte, os vencimentos dos marajás alagoanos atingiriam, em julho daquele ano, 250 mil cruzados. Como o dólar paralelo estava cotado a 50 mil cruzados, é fácil concluir que deputado estadual que ganhasse cinco mil dólares era considerado marajá. Sem falar nas mordomias por fora: carro com motorista, 500 litros de combustível por mês e duas passagens para qualquer ponto do país, que muitos preferiam transformar em crédito em dinheiro.

Passados quatro anos e cinco meses, a situação no estado que serviu de trampolim político para o presidente piorou: cada um dos 27 deputados estaduais alagoanos embolsou, em outubro, cerca de nove milhões e meio de cruzeiros (precisamente Cr\$ 9.423.922,25). Com o dólar no paralelo a 860 mil cruzeiros, pode-se dizer que percebem, hoje, quase onze mil dólares. Fora o carro, os 500 litros de combustível e as outras mordomias de sempre. São os deputados estaduais mais bem pagos do país.

Alagoas não é o único ninho de marajás do Nordeste, a região mais pobre do Brasil. Tudo incluído, um deputado estadual cearense ganha mais de cinco milhões de cruzeiros; e um paraibano, três milhões e oitocentos. Vencimentos superiores aos pagos pela Assembléia Estadual de São Paulo (Cr\$ 3.740.788,34).

No momento em que discutem um aumento de 53,5% em seus salários, os deputados federais se lamuriam de que a situação deles, ao contrário do que ocorre nas assembleias estaduais, é de penúria. Nostalgicamente, lembram que seus salários despencaram dos dez mil dólares de 1982 para os dois mil dólares de hoje. Líquidos, claro, pois não estão incluídas aí a verba de representação, a ajuda de custo anual, a residência, as passagens aéreas, a franquia postal e telefônica etc.

A primeira vista, a chiadeira sobre o arrocho salarial no Congresso provoca a empatia, e até mesmo a simpatia, do eleitorado. Afinal, seus representantes também estão vivendo os tempos de crise que o cidadão conhece tão bem. E não vivendo num mundo irreal, sob pretexto de que salários baixos geram corrupção. Fala-se, com horror, que alguns deputados federais estão andando de ônibus, como se isto não fosse prática comum dos parlamentares dos anos 50 no Rio de Janeiro.

Outro argumento esgrimido por alguns deputados federais, e que não se sustenta, é o de que

seus salários servem para financiar o exercício do mandato. Mencionam o dia-a-dia dobrado, a casa em Brasília e a outra em seus estados, a necessidade do guarda-roupa renovado, o socorro aos eleitores carentes, a necessidade de atender seminários e outros sacrifícios.

Na verdade, tal argumentação traz embutida a ideia de que a política é uma carreira e que ser político é uma profissão. Erro: a política é uma missão, e ser um político é *estar* na política — condição transitória por definição, pois seu prolongamento no tempo depende do voto do cidadão-contribuinte.

Outro equívoco consiste em achar que os incentivos dados aos parlamentares por ocasião da transferência da capital, em 1960, e ampliados em forma de privilégios, durante os vinte anos de regime militar, devem-se perpetuar. Em 1990, com o advento de um governo eleito por sufrágio universal em dois turnos, iniciou-se uma saudável tentativa de privatizar a vida dos recrutados pelo serviço público.

Venderam-se mansões dignas da família Marcos, das Filipinas, assim como apartamentos funcionais. Mesmo assim, não passa pela cabeça dos mimados representantes do povo residirem na capital, como era comum acontecer no Rio, antes da transferência.

Tratam Brasília como se fosse um acampamento, passam lá dois a três dias na semana, cigarras sem suas famílias, e por isto não abrem mão de suas residências oficiais e de outras regalias despropositadas, em tempos de crise. Como a benesse de quatro passagens aéreas de ida e volta, mensais, às suas cidades e uma semanal para o Rio.

Por que os congressistas, que atualmente ocupam apartamentos funcionais não os compram, a exemplo do que fizeram os ministros do STF? Como sugeriu Carlos Castello Branco, bastaria ao Congresso manter as residências oficiais dos presidentes das duas casas, como se mantém a do presidente e a do vice-presidente da República.

Juscelino Kubitschek tem sido acusado de ter sido o criador desta ilha da fantasia, que nunca se identificou com o propósito de interiorização da nação e vive longe dos graves problemas do litoral — salvo nos fins de semana, todos eles prolongados.

O criador de Brasília imaginava, muito pelo contrário, que a marcha para o oeste deveria provocar uma mudança na mentalidade política brasileira, sonhada pela primeira vez por José Bonifácio, o Patriarca da Independência, e inscrita em todas as constituições republicanas. Neste sentido, a construção da nova capital não foi uma criação do nada, foi um amadurecimento. E os tempos pioneiros, senhores deputados, terminaram há muito tempo.